



O abastecimento alimentar de Araraquara/SP por meio das cadeias curtas de comercialização e sua relação com a agricultura familiar

Laís Túbero Izidoro¹

Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante²

Oswaldo Aly Junior³

Newton Narciso Gomes Júnior⁴

RESUMO: Este trabalho apresenta resultados preliminares, derivados sobretudo de revisão bibliográfica e de um recorte dos resultados de um projeto de pesquisa executado em parceria entre as Universidades de Brasília (UnB) /DF, de Araraquara (UNIARA) /SP e de Buenos Aires (UBA) /ARG que teve como objetivo detectar as alternativas de comercialização dos agricultores familiares a partir de experiências de grupos formais e informais. O trabalho procurou analisar, por meio de levantamento bibliográfico e pesquisa documental, a relação da gestão pública local de Araraquara, SP com a dinâmica do abastecimento alimentar do município, tendo como foco a análise do comércio de alimentos in natura, principalmente a categoria FLV (frutas, legumes e verduras), nos equipamentos públicos de comercialização. Procurou-se descrever os processos intervencionistas (ou falta deles) da gestão pública que contribuíram para uma dinâmica de abastecimento alimentar que se encontra desestruturado, pouco receptivo para a agricultura familiar e que se coloca a responder demandas pontuais. Embora existam canais curtos de comercialização já consolidados no município, eles ainda não conseguem ser suficientes para incorporar de modo efetivo a agricultura familiar do município. Sendo assim, ainda que existam um número considerável de feiras, vendas informais, comércio atacadista e mercados institucionais, são canais de comercialização ocupados por poucos agricultores, sendo que a maior parte dos agricultores dos assentamentos rurais do município não acessam estas formas de comercialização.

PALAVRAS-CHAVE: Canais curtos de comercialização. Agricultura familiar. Abastecimento Alimentar. Sistemas Agroalimentares Alternativos.

THE FOOD SUPPLY OF ARARAQUARA/SP THROUGH SHORT SUPPLY CHAINS AND THEIR LINK WITH FAMILY FARMING

ABSTRACT: This paper presents preliminary results, derived mainly from a bibliographic review and a clipping of the results of a research project carried out in partnership between the Universities of Brasília (UnB) / DF, Araraquara (UNIARA) / SP and Buenos Aires (UBA) / ARG that aimed to detect the commercialization alternatives of family farmers based on experiences of formal and informal groups. The work sought to analyze, by means of bibliographic survey and documentary research, the relationship of the local public management of

¹ Doutoranda em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente pela Universidade de Araraquara - UNIARA. E-mail: lala_geo@hotmail.com

² Pró-Reitora de Pós-Graduação Stricto Sensu e Pesquisa da Universidade de Araraquara. E-mail: vbotta@techs.com.br

³ Pesquisador do Núcleo de Pesquisas, Estudos e Documentação no Meio Rural (NUPEDOR) junto ao curso de pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente da UNIARA. E-mail: oalyjunior@gmail.com

⁴ Professor Associado do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília; Professor permanente do Programa de Pós Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural MADER FUP/UnB. E-mail: swnewtongomes@gmail.com

Araraquara, SP with the dynamics of the food supply of the municipality, focusing on the analysis of the fresh food trade, mainly the FLV category (fruits, vegetables) in public marketing equipment. We tried to describe the interventionist processes (or lack of them) of public management that contributed to a dynamics of food supply that is unstructured, not very receptive to family farming and that responds to specific demands. Although there are short established commercialization channels in the municipality, they still cannot be sufficient to effectively incorporate family farming in the municipality. Therefore, although there are a considerable number of fairs, informal sales, wholesale trade and institutional markets, they are marketing channels occupied by few farmers, and most farmers in the rural settlements in the municipality do not access these forms of marketing.

KEYWORDS: Short Supply *Chains*. Family Farming. Food Supply. Alternative Agrifood Systems.

INTRODUÇÃO

O trabalho⁵ apresenta um panorama sobre a atuação do poder público local na área do abastecimento alimentar em Araraquara/SP, e especialmente das ações executadas com o objetivo de fortalecer os canais curtos de comercialização. Buscou-se levantar a diversidade das cadeias curtas de comercialização de hortifrúteis e delimitar a amostragem a partir das especificidades dos diferentes tipos de equipamentos existentes.⁶

Além das diferentes modalidades de feiras, outros equipamentos públicos de abastecimento foram analisados, como o comércio informal e atacadista de hortifrúteis que ocorre em frente ao mercado municipal da cidade. Ele foi uma resposta ao modelo de gestão burocrático e por vezes autoritário que guarda baixa sintonia com a realidade do abastecimento alimentar de Araraquara. O mesmo que gerou, entre outros problemas, dificuldades para o acesso dos agricultores à Central de Abastecimento (CEASA) local. Neste comércio atacadista informal muitos agricultores do município, inclusive assentados, e de cidades vizinhas conseguem escoar sua produção aos varejistas e vendedores ambulantes. Este local se caracteriza por ser um ponto de comercialização de intenso fluxo, que ocorre desde o final dos anos de 1980, e coincide com o período de inauguração da CEASA na cidade.

⁵ Parte dos resultados obtidos derivam da pesquisa “Do informal para o formal: uma investigação das redes de abastecimento alimentar territoriais” que ocorreu por meio de parceria entre as Universidades de Brasília (UnB)/DF, de Araraquara (UNIARA)/SP e de Buenos Aires (UBA)/ARG.

⁶ O Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural (NUPEDOR) do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, da Universidade de Araraquara/UNIARA, foi o responsável pela execução do projeto neste município localizado no interior do estado de São Paulo.

O papel da CEASA frente ao abastecimento alimentar na cidade, também foi analisado, contextualizando-se sua criação e influência na comercialização de hortifrútis. No Brasil, as Centrais de Abastecimento são criadas a partir de 1970 para suprir a necessidade de organizar a comercialização de produtos agrícolas visto o intenso crescimento dos centros urbanos, impulsionado pelo desenvolvimento industrial. Este foi um cenário cuja finalidade foi aprimorar o sistema de comercialização dos hortifrútis, independente dos resultados alcançados (REALINO, 2016).

A necessidade de analisar as dinâmicas do abastecimento alimentar destacando o papel ocupado pela agricultura familiar ocorre uma vez que os processos atrelados ao desenvolvimento rural local, principalmente no que diz respeito à implantação dos assentamentos de reforma agrária e seus desdobramentos, estão intrinsecamente relacionados com as dinâmicas de produção e consumo. A redemocratização do país e retomada das lutas por reforma agrária via processos de desapropriação de terras improdutivas, pelo governo federal, e o de valorização de terras públicas, pelo governo estadual, permitiu o ressurgimento da produção familiar em Araraquara, que vem ganhando importante papel no abastecimento local.

O advento da maturidade dos assentamentos na região veio a reforçar o movimento não organizado e silencioso de contestação do modelo de abastecimento alimentar local. Os assentados tornaram-se, de forma não visível, um agente que abastece o comércio atacadista e varejista de alimentos in natura, especialmente com folhosas, algumas frutas e, recentemente, avançou na produção de ovos caipiras.

Até o momento, podemos afirmar que existem dificuldades para estabelecer uma estratégia de abastecimento alimentar em Araraquara e ela decorre, entre muitos motivos, da falta de uma secretaria municipal específica, também reflete um processo o qual historicamente a gestão pública assumiu o papel de responder às demandas emergenciais relativas à produção e consumo do município, e que não são suficientes para sanar os gargalos existentes nas estruturas de comercialização. Deste modo, a integração da segurança alimentar, do abastecimento alimentar e do desenvolvimento territorial fica comprometida.

Sendo assim, a garantia de uma alimentação saudável em Araraquara passa pela mudança do modelo de gestão local que favoreça os espaços de comercialização como as diferentes modalidades de feira, o reconhecimento da importância do comércio atacadista informal e que dê maior destaque aos alimentos in natura oriundos da produção familiar (assentada ou não). Portanto, decrever e analisar os equipamentos públicos de abastecimento alimentar possibilita indicar caminhos para garantia da segurança alimentar do município, o desenvolvimento da

agricultura familiar e criar uma base de dados relacionados com o abastecimento alimentar que auxiliem na gestão e formulação de políticas públicas.

CONTEXTUALIZAÇÃO E REFERENCIAL TEÓRICO

SISTEMAS AGROALIMENTARES ALTERNATIVOS E CADEIAS PRODUTIVAS

O sistema agrícola industrial surge no final do século XIX na Grã-Bretanha foi fundamental na formação das primeiras grandes empresas agrícolas. Desde então houve os primeiros processos para a mecanização da agricultura e mudanças tecnológicas que influenciam toda cadeia produtiva. Com a solidificação do sistema capitalista e a conseqüente implementação do livre comércio, o mercado comercial se estrutura, eliminando a necessidade de estocagem de matéria-prima com a ampliação da demanda (SANTOS; GLASSA, 2018).

Com a formação de corporações que dominavam a cadeia produtiva tanto da perspectiva da produção (com maquinários, sementes e agrotóxicos) quanto da comercialização (internacionalização das redes de varejo e demanda exportadora), a agricultura familiar vai sendo cada vez mais confinada e quando não, incorporada e desmantelada pelos setores altamente capitalizados. Posteriormente a uma série de processos que envolveram desde a consolidação de uma agricultura altamente mecanizada e dependente de insumos químicos até novas demandas de alimentação saudável, na medida em que a renda global aumentava, se inicia nos países periféricos a entrada intensiva do capital empresarial agrícola, fragilizando e desestruturando o controle estatal sobre o mercado agrícola nacional. Desta forma, “os grandes varejistas começaram a organizar novas cadeias de suprimentos para se abastecerem de produtos frescos oriundos dos países em desenvolvimento” (SANTOS; GLASSA, 2018, p. 10). Em contrapartida, a agricultura familiar vê sua reprodução econômica e social cada vez mais ameaçada, e as políticas públicas que possam garantir seu desenvolvimento com a construção de mercados e demandas se tornam cada vez mais urgentes.

A relação entre a agricultura e a economia no Brasil tem sido atrelada à produção de commodities desde a época colonial, conforme apontam Carvalho e Costa (2013) que realizaram uma análise histórica da relação da agricultura com a economia no Brasil, partindo dos conceitos de cadeia produtiva e comercialização e sua relação com as políticas agrícolas executadas desde o primórdio da ocupação do território brasileiro. Entre o período colonial até recentemente, a inserção da agricultura na economia nacional se dá fundamentalmente na associação entre capital privado e estatal, oscilando entre governos mais intervencionistas e outros mais abertos ao capital privado fundamentalmente estrangeiro. De modo geral, houve uma

tendência (que acompanhava o desenvolvimento capitalista) de manter a economia de exportação calcada na comercialização majoritária de commodities. Se tratando do abastecimento alimentar, esta dinâmica se reproduz, deixando também para a iniciativa privada os processos regulatórios do mercado de gêneros alimentícios (BELIK; MALUF, 2000).

Contudo, ainda que tenham sido inconstantes, as práticas intervencionistas na perspectiva da comercialização de alimentos, são fundamentais para se compreender a dinâmica do abastecimento alimentar que se coloca na atualidade. Isto porque com o avanço da desregulamentação e a incorporação do setor agroalimentar ao capital privado, a segurança alimentar é colocada em risco, já que *“a agricultura alimentar, a indústria de alimentos e a distribuição formam um sólido conjunto econômico que toma suas decisões segundo estratégias de maior lucratividade e participação no mercado”* (BELIK & MALUF, 2000, p. 5). Portanto, o acesso aos alimentos pressupõe a necessidade de políticas públicas que incentivem o cultivo e a distribuição de produtos que fazem parte dos hábitos alimentares da população da forma menos onerosa possível.

Intervenções públicas com o objetivo de garantir a manutenção de uma alimentação básica não se constituem como práticas recentes, tampouco exclusivas de governos progressistas. Nos Estados Unidos, por exemplo, durante a Segunda Guerra Mundial houve programas de alimentação para os mais pobres, chamados de cupons de alimentação, estratégicos para a distribuição de excedentes agrícolas sob domínio do Estado e resultaram de medidas protecionistas que se acenturam no período pós guerra (FRIENDMANN, 2000). Ainda, segundo a autora, foi a partir desta política de controle de excedentes que os Estados Unidos detiveram o controle sobre o comércio mundial e sobre os padrões de produção entre as década de 1950 a 1970. Além da prática de exportação de excedentes para países de Terceiro Mundo, exportavam também as práticas agrícolas, pautadas no uso de insumos e tecnologias americanas.

Com o avanço do meio técnico-científico-informacional há uma mudança de paradigma no processo de produção industrial por volta de 1970, caracterizado sobretudo por células de produção. Se tratando da indústria agroalimentar esta mudança ocorre na produção que passa de grãos para proteína animal, impulsionada pela mudança nos hábitos alimentares, caracterizados pelo aumento do consumo da carne bovina de forma similar ao modelo da alimentação estadunidense. De modo geral toda cadeia produtiva atrela-se ao capital industrial e o comércio internacional é ampliado por meio da intensificação de exportações da produção agropecuária e por meio da importação para o abastecimento alimentar. (BELIK,

1995; FRIENDMANN, 2000; MALUF, 2000).

Posteriormente, despontaram os chamados mercados de nicho que reivindicam aspectos regionais e atraem consumo elitizado, ao passo que avançou o processo de globalização do comércio de alimentos em geral. A globalização do sistema alimentar, em que pesem os esforços da indústria alimentar, tem dificuldades em se materializar, pois, os hábitos alimentares tornam-se uma barreira cultural à homogeneização mundial da alimentação. Neste sentido, a agricultura familiar se faz como principal meio de garantir a oferta de alimentos diversificados num contexto de soberania e segurança alimentar. (PLOEG, 2016; FERRARI, 2011).

No Brasil, o intervencionismo nos mercados agrícolas também tem suas origens no período da Segunda Guerra Mundial, já que neste contexto as relações comerciais eram prejudicadas pela dificuldade de transporte de mercadorias, gerando insuficiência no abastecimento interno. Criados nos dois períodos do Governo Vargas, Institutos e Autarquias em resposta a demandas setoriais de produtos agrícolas serão fundamentais na expansão do mercado interno (DELGADO, 2000). Entretanto, os primeiros registros de crise no abastecimento interno do país datam de período anterior, conforme aponta Belik (2000), já que ainda em 1870 a crise no abastecimento era, na verdade, uma crise na produção, uma vez que com o avanço da Segunda Guerra Mundial o valor arrecadado com as exportações declina caindo o poder de importação. Em resposta o governo cria núcleos de colônias para a produção de grãos e alimentos para consumo interno e facilita as exportações retirando encargos.

Posteriormente, houve outras crises pontuais, que elevaram cada vez mais a ação intervencionista do governo e esta via se torna cada vez mais relevante na medida em que a população aumenta e o crescimento urbano se acentua de forma desordenada. Outros marcos na relação entre poder público e abastecimento ocorrem tendo como consequência a instituição do Comissariado de Alimentação Pública, criado em 1918 e responsável por regular os preços e os estoques de gêneros de primeira necessidade. Por sua vez, a implementação de restaurantes populares, juntamente com a crise no abastecimento de alimentos ocorrida no início dos anos 1960 é utilizada como argumento político em favor da reforma agrária (BELIK, 2000).

Contudo, será no período da ditadura militar (1964 – 1985) que a intervenção do Estado no setor agroalimentar ocorrerá de maneira mais intensa, e autoritária. É neste período que são criadas as Centrais de Abastecimento (CEASA), processo que será mais bem discutido em seção posterior. Durante o período de ditadura, aparatos de intervenção são reforçados e nacionalizados, inseridos como integrantes das políticas nacionais que dizem respeito ao setor. Já no período pós-ditadura

ocorre o desmonte deste aparato e uma sucessão de processos intervencionistas que buscaram a regulamentação de preços e estoques públicos de commodities, mas que foram se dissolvendo gradualmente com o processo de liberalização e abertura comercial a partir de 1995. (BELIK, 2000; DELGADO, 2000).

Maluf (2004) analisa que a abertura comercial sem as devidas práticas protecionistas gerou impactos negativos para a agricultura familiar brasileira, porque perde em relação ao preço e principalmente em relação ao mercado:

De outro lado, para que os pequenos agricultores participem significativamente no esperado aumento das exportações, é requerida não apenas sua capacitação para atender as exigências de conformidade de seus interesses logrem se expressar institucionalmente na complexa política comercial antes referida (MALUF, 2004, p. 304).

Esta política a que se refere o autor acima é caracterizada por uma maior competitividade e de conquista de novos mercados. Para o autor este é um exemplo de como as políticas comerciais prevalecem frente às políticas de desenvolvimento. Este autor indica a existência de duas tendências antagônicas que coexistem : a padronização e, simultaneamente, a diferenciação do consumo de alimentos, que resultam na influência dos processos produtivos. Esta coexistência se materializa basicamente na produção em larga escala para atender à demanda das exportações e, por outro lado, a especificação de produtos, como por exemplo (mas não somente estes) os alimentos orgânicos.

A abertura comercial também surtiu efeitos na perspectiva de consumo e alimentação, conforme aponta Gomes Júnior (2005) em sua contribuição acerca da segurança alimentar. Para o autor a substituição da atuação do Estado pelo capital privado nos preceitos sobre desenvolvimento e liberdade, atuam negativamente no processo de constituição da plena cidadania. Os direitos, incluídos os referentes ao acesso à alimentação, não são possíveis de hierarquização e, portanto, as políticas públicas de segurança alimentar são falhas quando apontam para o atendimento de uma alimentação mínima. Sendo assim, esta lógica pressupõe que a própria Segurança Alimentar seja um princípio orientador de políticas públicas, diferentemente do que tem sido proposto (e não atingido) pelos governos até o momento.

Atualmente, embora o Estado tenha papel importante na construção de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural, suas ações têm sido insuficientes para eliminar (ou regular?) o capital privado do processo produtivo, principalmente na etapa de comercialização. Seja por meio de atravessadores, ou de indústrias, o capital privado é o protagonista na consolidação da comercialização agrícola. Por consequência, o desenvolvimento da economia agrícola ocorre privilegiando o capitalismo agrário no processo de comercialização, eliminando o pequeno

comerciante em favor dos grandes grupos de varejo/atacado agroalimentares convencionais, que se estruturam através de cadeias longas de comercialização caracterizadas pela presença de vários agentes ao longo do processo de distribuição dos produtos agrícolas. É neste contexto que a comercialização dos produtos agrícolas tem como agente principal o grande capital comercial (CARVALHO; COSTA, 2013).

O protagonismo da agricultura familiar no processo de constituição de sistemas agroalimentares alternativos e mais sustentáveis reverbera cada vez mais nas pautas das principais organizações internacionais que promovem o debate sobre questões alimentares, tendo como maior expressividade a declaração em 2014 como o Ano Internacional da Agricultura Familiar pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) (RETIRÉRE, 2014). Neste sentido, Cassol e Schneider (2015) alertam para a necessidade de compreender que na prática, os sistemas agroalimentares alternativos (SAA) não são completamente divergentes dos convencionais e que por muitas vezes se fazem sobrepostos, com demarcações flexíveis. Os SAA podem designar, segundo RETIÉRE (2014), processos produtivos associados ao território (selos de garantia de origem), como também diferentes tipos de cadeias curtas de comercialização, caracterizadas de modo geral, pela venda direta entre produtor e consumidor.

De modo geral, podemos definir canais de comercialização como estruturas que transformam matéria prima em mercadoria. A noção de cadeia de comercialização, portanto, deriva da concepção de cadeia de produção, que por sua vez é entendida como a soma de todas as operações de produção e de comercialização para passar de uma ou várias matérias-primas de base a um produto final, até que este produto chegue às mãos do consumidor final (BATALHA; SILVA, 2007). Uma cadeia produtiva envolve um conjunto de etapas da produção de um bem, desde o planejamento e design até que a sua entrega ao consumidor. Além disso, podemos dizer que uma cadeia produtiva sustentável é aquela que faz tudo isso reduzindo o impacto de cada ação de forma eficiente, com menor custo, com menor índice de obsolescência, com menos impacto ambiental, social e nos hábitos alimentares.

Os estudos sobre cadeias curtas de comercialização têm sido cada vez mais colocados em foco, pois possibilitam a distribuição dos alimentos com uma menor presença de agentes intermediários e, conseqüentemente, maior rentabilidade para os produtores. Por outro lado, um consumo mais sustentável e de qualidade, fortalecendo a cultura alimentar local (CASSOL; SCHNEIDER, 2015). De acordo com os autores, essas cadeias agroalimentares são relevantes estruturas de comercialização pois: [...]engendram diferentes relações com consumidores e

podem envolver diversas convenções e construções de qualidade, embasadas no enraizamento social (*embeddedness*), hábitos e cultura alimentar locais e regionais em que tais relações estão imersas e através das quais esses novos mercados são socialmente construídos (CASSOL; SCHNEIDER, 2015, p. 150).

Estas estruturas de comercialização podem ser divididas em três tipos diferentes quando se analisa a relação espacial entre produtor e consumidor, e entre a produção e o território, classificadas em : **a) cadeias face a face**, se refere à venda direta feita pelo produtor ao consumidor. Promover o intercâmbio e o comércio mais justo com a possibilidade de relações igualitárias entre produtores e consumidores; **b) cadeias de proximidade espacial** ocorrem quando o consumidor sabe onde os produtos foram produzidos, como, por exemplo, no caso de festas típicas e as vendas feitas para o pequeno comércio; **c) cadeia curta espacialmente estendida** compreendida pelos selos de origem, ou seja, produtos vinculados ao território em que são produzidos. Este tipo de cadeia curta, ocorre com uma maneira de garantir qualidade na procedência e aumentar o nível de escala de consumo. (CASSOL; SCHNEIDER, 2015; AMARAL, 2019).

Importante destacar que a modalidade de venda direta, sem a presença de intermediários, foi secundarizada a partir dos anos 1970 pela entrada dos grandes supermercados, inseridos em um contexto de mudança nos hábitos alimentares instigada pelo discurso de consumo globalizado (AMARAL, et. al., 2018). Esta questão converge com o processo de declínio na comercialização de hortifrúteis pela agricultura familiar nas feiras livres em Araraquara, concomitantemente à instalação de um supermercado no município nos anos 1980.

No aso das cadeias de comercialização, outros arranjos também ocorrem e se caracterizam pela existência de vários atores ao longo da rede e por isso se denominam como cadeias longas, em contraposição às cadeias curtas. Um exemplo típico de cadeias longas pode ser representado pelo Sistema de Abastecimento Atacadista no Brasil (“Sistema Ceasas”), envolvendo uma rede de logística complexa, composta por um conjunto de agentes que disponibilizam entrepostos e capacidade de transportes de grande porte, possibilitando a reunião dos produtos em nível nacional, facilitando a distribuição através dos mais diversos canais de comercialização, em centros urbanos, e mercados regionais (AMARAL, et. al., 2018). A organização da cadeia produtiva, portanto, revela um alto grau de interdependência entre todos os elos, e as ações e dinâmicas que atingem um elo, acabam por influenciar todos os outros. Na lógica da cadeia produtiva, a produção de FLV demanda análise minuciosa visto sua especificidade em relação à produção, decorrente da perecibilidade dos produtos.

A agricultura familiar e a comercialização de Frutas Legumes e Verduras (FLVs)

A comercialização de hortifrúti (horticultura associada à fruticultura) passou a ser uma atividade extremamente relevante para a agricultura familiar. Isto porque, embora hábitos alimentares venham se modificando, principalmente em razão do aumento do dispêndio e da alimentação fora do domicílio, paralelamente existe um movimento crescente em prol da alimentação saudável e equilibrada. Cada dia mais a agricultura familiar se depara com consumidores mais exigentes “ [...] de uma alimentação saudável (...) quanto ao nível de qualidade dos produtos frescos” (MACHADO, 2002, p. 54).

O tema FLV permite também outro olhar para o tema das cadeias curtas que não ocorre apenas pela proximidade geográfica já que é composto por diversos elementos sociais formadores, ou melhor, de processos socioespaciais. Existe uma gama de produtos que expressam na diversificação da produção familiar em relação aos cultivos tradicionais de uma região, aos hábitos de consumo e às características da produção artesanal (MALUF, 2010).

No caso dos assentamentos rurais em Araraquara, esta diversificação voltada à comercialização se restringe à horticultura e em alguns casos atrelados às agroindústrias como é o caso da cana-de-açúcar e da soja. A produção de carnes, os processados e os produtos artesanais se destinam ao autoconsumo sendo pouco expressiva a sua comercialização, acrescentando-se a ausência de espaços destinados ao processamento de alimentos e os entraves colocados pela vigilância sanitária uma vez que adota uma postura de fiscalização pautada na “[...] lógica sanitária que relaciona a segurança dos alimentos a processos científicos e químicos”, lógica essa que os agricultores familiares têm dificuldade de acesso, privilegiando os mercados convencionais e seus alimentos industrializados. (CARLINI, 2020, p. 15).

Destarte, garantir a eficiência da comercialização na agricultura familiar é um importante caminho para assegurar a reprodução econômica de agricultores. Mesmo com a existência de diversos canais de comercialização em diferentes níveis de complexidade, são poucos os agricultores familiares que conseguem se inserir de maneira autônoma e integral. Conforme destacam Lourenzani et. al. , (2002) o caso da produção de hortaliças é significativo em relação a esta problemática:

A agricultura familiar tem sido competitiva na produção de parcela significativa da produção de hortaliças, frutas e flores. Porém, a alta perecibilidade, que é uma característica inerente desses produtos, exige um arranjo de canal de distribuição que permita sua comercialização de modo eficiente, que está, muitas vezes, fora do alcance dos produtores. Isso deixa o processo de comercialização nas mãos de intermediários, sujeitando os

produtores ao oportunismo por parte dos agentes à jusante da cadeia produtiva, levando a comportamentos adversários (LOURENZANI et. al., 2002, p. 3).

Por não conseguirem se inserir com eficiência nos canais de comercialização disponíveis e tampouco se organizar para a construção de novos mercados, os agricultores familiares não conseguem se capitalizar e, desta forma, têm ainda mais dificuldades de superar dificuldades econômicas. A dificuldade encontrada em todo o processo produtivo faz com que a atuação do agricultor seja mais intensa na produção do que na comercialização (GUANZIROLI, 1998). Entendemos a partir de estudos anteriores acerca da organização produtiva dos assentamentos rurais presentes no município, que a dificuldade é produzir e comercializar, provavelmente aliada a um processo de concentração de poder do pai de família, que alija mulher e filhos da gestão.

Para além da dificuldade de se apropriar de conceitos financeiros e empresariais que são pressupostos para a lógica da comercialização, a venda direta pressupõe que o agricultor insira em sua rotina um número maior de tarefas e, muitas vezes, a agricultura familiar e assentamentada nem sempre dispõe de membros em número suficiente (RETIÉRE, 2014). Em pesquisa realizada sobre os canais curtos de comercialização⁷, esta situação é unânime em relatos de assentados que enfrentam dificuldades em se inserir nos canais de comercialização. Também foi a motivação aos que optaram por dar preferência pela comercialização em detrimento da produção, será mais bem detalhado em seção posterior.

Contudo, se a inserção em canais curtos de comercialização se faz de maneira complexa, no mercado convencional as possibilidades são ainda mais restritas, uma vez que a garantia do sucesso comercial em cadeias longas depende do grau de investimento para se adequar à escala e padrão exigido pelas grandes redes de supermercados (RETIÉRE, 2014). Se faz necessário a partir desta perspectiva proporcionar condições, por meio da garantia de renda e qualidade de vida, para que a mão de obra familiar permaneça no campo e tarefas produtivas e comerciais possam ser distribuídas entre os membros da família. Entretanto, a saída de jovens do campo e a sua inserção em outros ramos da economia é um complicante a ser enfrentado pela família. .

Como uma alternativa possível para esta realidade, os canais curtos de comercialização podem garantir o aumento da renda e segurança alimentar e econômica para as famílias. A construção de cadeias curtas está associada à

⁷ Projeto “Do informal para o formal: uma investigação das redes de abastecimento alimentar territoriais” (financiado pelo CNPq e coordenado pela UnB por meio do professor Newton Gomes Junior, contando com a participação da Uniara e da Universidade de Buenos Aires).

estruturação de relações de confiança entre consumidores e produtores, sistemas descentralizados de comercialização, e ao fortalecimento da agricultura familiar e assentada nos territórios.

Juntamente com as cadeias curtas, dentre as estratégias possíveis de construção da autonomia vislumbra-se a diminuição da dependência da aquisição de insumos externos, o aumento da diversificação das atividades produtivas e da produção de alimentos, a recorrência a iniciativas individuais e coletivas de comercialização, porém, depende de maior disponibilidade de força de trabalho. Ferrari e Schneider (2015, p.57) consideram que a autonomia dos agricultores não representa apenas resistência: “Na verdade, tratam-se de estratégias que traduzem tentativas de capturar uma fatia maior do valor gerado nas cadeias de alimentos, também implicam na recuperação e revalorização de processos artesanais, de um “saber fazer” vinculado ao patrimônio histórico e cultural”.

Adotando a perspectiva territorial, é possível analisar que a produção de folhosas se concentra próxima aos grandes centros consumidores, denominados cinturões verdes. Este fator pode contribuir para a comercialização dos produtos já que necessita de uma logística menos complexa e requer menos gastos com transporte. Entretanto, por ser uma produção cujos produtos são altamente perecíveis, costuma ser mais suscetível a intempéries, que vão determinar sua sazonalidade (MACHADO E SILVA, 2003). Todos estes fatores transformam-se em barreiras que se colocam nas cadeias de comercialização destes produtos. Quanto maior a presença de intermediários na cadeia produtiva de frutas, legumes e verduras (FLV), maior a possibilidade de os produtores arcarem com prejuízos oriundos da perda da produção.

Ainda adotando a perspectiva territorial, a questão dos mercados nos quais a agricultura familiar está inserida é um dos eixos centrais para se analisar a sua inserção na cadeia de comercialização. A agricultura familiar participa de dois mercados principais, um de âmbito mais nacional com menor intensidade, e o outro denominado “circuitos regionais de produção, distribuição e consumo de alimentos” estão localizados em torno dos núcleos urbanos de pequena e média dimensões (MALUF, 2004, p. 307). Canais de comercialização compreendem empreendimentos urbanos, industriais e comerciais de pequeno porte ligados à distribuição e consumo de produtos alimentares, que compreendem:

[...] pequena indústria alimentar, pequenos supermercados, um conjunto diversificado que compõe o varejo tradicional e o comércio especializado de alimentos e refeições prontas (armazéns, empórios, quitandas, padarias, açougues, rotisseries, casas de frios, etc.), equipamentos de abastecimento

(feiras livres, varejões, sacolões, etc.). Nos circuitos regionais, está incluída, ainda, a venda direta aos consumidores realizada pelos agricultores (MALUF, 2004, p. 308).

Machado e Silva (2003) apontam para a necessidade de se diferenciar as categorias de intermediários existentes ao longo das cadeias de comercialização. Enquanto o atacado vende para clientes institucionais, os varejistas vendem diretamente para os consumidores, tendo uma relação mais estrita com o consumidor final e, portanto, adquirindo vantagens nas relações comerciais.

Os canais de comercialização, entretanto, se inserem na dinâmica da cadeia produtiva e podem ter maior ou menor presença de diferentes agentes intermediários ou mesmo nenhum, como ocorre nas cadeias curtas de comercialização. A organização da cadeia produtiva “[...] descreve a maneira como as atividades entre os agentes estão inter-relacionadas e distribuídas” (MACHADO, 2002, p. 45).

A comercialização de FLVs precisa ser rápida devido precibilidade do produto. As transações realizam-se diariamente entre o atacadista e diferentes produtores, estando o primeiro sujeito à incerteza quanto à qualidade do produto e o segundo quanto ao preço recebido, quantidade e variedade de produtos comercializados. Em suma, as transações ao longo da cadeia de FLV apresentam alto grau de incerteza, informação assimétrica e são extremamente específicas. “A estratégia mais adequada é a adoção de medidas que visem amenizar tais problemas, visto que sua eliminação completa envolve custos extremamente elevados, tornando a tarefa impraticável” (MACHADO, 2002, p. 60).

Ademais, conforme já mencionado, a agricultura familiar vem perdendo espaço na comercialização direta de FLVs com o avanço dos supermercados

A redução (da participação) ... dos supermercados ocorreu nos grupos em que mantinham forte liderança (mais de 70% das compras totais): cereais, farinhas e massas, açúcares, óleos e gorduras, enlatados. A participação dos supermercados cresceu, simultaneamente, nos produtos nos quais eles respondiam por 50% ou menos das compras totais, (...) legumes e verduras, frutas, carnes, aves e ovos, leite e derivados. As principais perdedoras foram as feiras livres nos casos de legumes, de verduras e frutas, produtos nos quais os mercados e os “sacolões” aumentaram bastante sua participação (MALUF, 2004, p. 317).

Os pequenos e os médios empreendimentos comerciais contribuem para a equidade social pelos empregos e pelas oportunidades de trabalho que geram e têm maior propensão a refletir a diversidade de hábitos alimentares no âmbito de

circuitos regionais de produção, distribuição e consumo de alimentos, dos quais participam os pequenos agricultores e suas associações. Promover a aproximação desse tipo de agricultor com os pequenos e os médios empreendimentos antes citados constitui-se num caminho que, ademais, “possibilita uma inserção mercantil na qual os agricultores podem apropriar-se de um maior valor pelos produtos que fazem” (MALUF, 2004, p. 318).

Maluf (2004) aponta que para se insereir nos mercados, os agricultores familiares dependem da disponibilidade de recursos e da combinação dos recursos produtivos disponíveis no interior do lote, entretanto, no caso dos assentamentos rurais a disponibilidade de recursos esbarra na questão da redução da mão-de-obra no núcleo familiar. Com relação ao mercado, há a necessidade de se evidenciar um aspecto relacionado ao avanço de uma série de mudanças que este mercado hortifrutigranjeiro vem sofrendo e que impacta diretamente no entendimento da dinâmica do abastecimento alimentar em Araraquara.

Conforme analisa Belik (2000), com o avanço do volume de vendas no mercado de hortifrutigranjeiros, novos mercados vão emergindo, acompanhando novas demandas e a necessidade de segmentação da oferta destes produtos. Com isso o mercado tradicional (spot) se torna insuficiente para contemplar novas formas de relacionamentos entre os agentes do processo de comercialização. Face o aumento da demanda de produtos processados e ultraprocessados a questão da distribuição passa a interferir de maneira mais incisiva na questão da comercialização.

Para Belik (2000) a decadência das feiras livres seria o precursor do processo que ele chama de obsolescência dos equipamentos atacadistas. Isto porque, em seus levantamentos, o comércio varejista, representado pelas feiras livres, se constituía como principal comprador de produtos hortifrúti dos mercados atacadistas. Além disso o comércio em formato de atacado estaria sendo substituído por formas híbridas de comercialização, calcados sobretudo na constituição de uma Grande Distribuição que se desdobra em Centrais de Compra e Centrais de Distribuição, tendo como característica a redução drástica de custos de distribuição e estocagem (BELIK, 2000).

Em Araraquara, ainda que em situação de oligopolização e com perda de suas potencialidades na dinamização do abastecimento hortifrutigranjeiro, a Ceasa ainda se coloca como referência no preço dos produtos vendidos nas feiras de produtores e principalmente, ainda fornece parte da mercadoria (ainda que mínima) revendida pela feira-livre. Nossas pesquisas apontam que até o presente momento em Araraquara, o processo de declínio da feira resultou da perda de eficiência do papel da Ceasa no abastecimento local que, por se tratar de uma Ceasa de transferência,

cujas mercadorias dão um passeio enorme e que não é abastecida diretamente por produtores, acabou por resultar na perda da qualidade dos produtos ofertados nas feiras, o que levou o consumidor a buscar nos supermercados a alternativa de abastecimento de FLV

A AGRICULTURA FAMILIAR EM TERRITÓRIO DO AGRONEGÓCIO

A região de Araraquara caracteriza-se pelo alto dinamismo do agronegócio com empresas sucroalcooleiras, madeireiras e de suco de laranja. Contrastando com este tônus de riqueza, a região apresenta um histórico de exploração e precarização dos trabalhadores e do uso da terra com um tipo de agricultura convencional extremamente nocivo em termos da utilização dos recursos naturais, voltada às *commodities* e à agroexportação, que pouco contribui como abastecimento local, a segurança e a soberania alimentar (FERRANTE, et. al., 2012).

O potencial da agricultura familiar pode ser desenvolvido não necessariamente vinculado à noção produtivista e ao modelo do agronegócio. Há outras perspectivas que vêm sendo realizadas no âmbito da diversificação tanto da produção como da comercialização. Uma delas são as feiras de produtores no município, que despontam como uma alternativa viável aos pequenos agricultores rurais e urbanos, devido principalmente à grande participação da população, que traz uma demanda por alimentos produzidos de forma mais saudável e valoriza a compra direta do produtor. De um total de 600 famílias assentadas no município de Araraquara, aproximadamente 5% estão envolvidas nessas feiras (AMARAL et. al., 2018).

Desse modo, a agricultura familiar nesta região se estabelece com sistemas produtivos voltados à produção de alimentos tornando-se agente com o potencial de participar e promover o abastecimento local de hortifrútis. Os entraves para a consolidação deste cenário se relacionam principalmente às dificuldades de permanência nos mercados agrícolas convencionais e às dificuldades enfrentadas para a sucesso da agricultura familiar em SAA sobretudo na comercialização através das cadeias curtas. Estes entraves colaboram para que de tempos em tempos os assentados adotem como estratégia de obtenção de renda o arrendamento de parte de seus lotes para as usinas de cana-de-açúcar (que por sua vez promovem um insistente “assédio” para a realização desses acordos), como acontece de forma mais emblemática com o assentamento Bela Vista do Chibarro.⁸

⁸ Sobre os impasses desta relação entre as usinas de cana-de-açúcar e os assentamentos rurais, ver BAÚ, C.H.R. Pequenos Produtores fornecedores de cana-de-açúcar na Região de Araraquara-SP: uma estratégia de produção e sobrevivência no assentamento Bela Vista do Chibarro. 2002. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara; FERRANTE, V.L.S.B. Assentamentos Rurais no Território da Cana: controvérsias em cena. Revista NERA. Presidente Prudente, UNESP, v. 11, p. 1-11, 2007.

Contudo, conforme destaca Duval (2015), contextos econômicos e aspectos de sociabilidade dos assentados flexibilizam suas práticas de comercialização, que podem ocorrer de outras maneiras que não as contempladas pelas modalidades formais, como, por exemplo, a venda entre vizinhos e a venda para atravessadores que acessam os assentamentos. O autor também menciona a inconstância nas vendas aos mercados institucionais como PAA e PNAE, em momentos de paralização dos programas por fatores diversos. Estes desafios são alguns dos exemplos da complexa dinâmica do abastecimento alimentar no município.

Com relação à gestão pública, na prefeitura municipal de Araraquara o abastecimento alimentar não está subordinado a um órgão que seja diretamente responsável, ele aparece em ordem transversal diluído em diferentes áreas. Este cenário, juntamente com as dificuldades de se estabelecer uma política eficiente de abastecimento alimentar, contribui para que as ações sejam insuficientes para garantir a segurança alimentar do município e o desenvolvimento socioeconômico dos agricultores familiares.

Em relação ao abastecimento alimentar e às cadeias curtas, as tentativas de mediar essas questões têm sido pontuais através das normativas e leis, que se iniciam na década de 1950 com a regulamentação das feiras livres, tendo sido publicada uma última lei a respeito de feiras livres em 1977. Por sua vez, as feiras de produtores tiveram o seu início através do programa denominado Direto do Campo, cujo objetivo foi criar mecanismos para o escoamento da produção dos agricultores familiares do município.

Sobre a questão dos canais curtos de comercialização de hortifrutigranjeiros e a concorrência com o setor varejista tradicional, o cenário presente é de crescente importância dos hipermercados e supermercados na distribuição varejista de produtos hortifrutigranjeiros em todo o mundo (MACHADO, 2002). Isto ocorre por diferentes aspectos que fragilizam os canais curtos de comercialização, caracterizados como os mais relevantes economicamente para os agricultores familiares, por aproximarem o consumidor final e eliminarem intermediários diminuem o faturamento das vendas.

Os dados da figura 1 mostram uma tendência nacional na qual as feiras-livres têm um potencial subutilizado para ocupar na comercialização local, porém, a política municipal que se ausenta nas questões de abastecimento e o alto rigor e burocracia da vigilância sanitária também se colocam como um freio na materialização desse potencial.

Com o fortalecimento da agricultura familiar, através do processo de constituição dos assentamentos de reforma agrária em Araraquara, novos atores passaram

a incidir sobre a gestão de políticas públicas de abastecimento, e isso levou ao revigoramento do comércio de produtos in natura que tem boa aceitação pelos consumidores locais, via feiras do produtor, feira do Senar, os pontos de comercialização na porta de padarias e ao surgimento da feira que valoriza a transição agroecológica (esta última resultou das ações de extensão universitária do NUPEDOR/NEA/UNIARA, que funciona atualmente em parceria com a prefeitura municipal local). Esta situação também é vista no pequeno comércio local de alimentos (supermercados de bairro, sacolões e varejões).

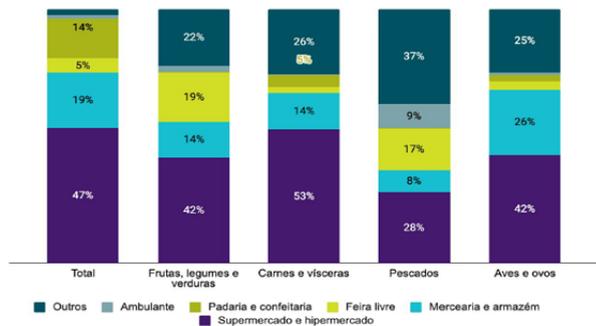
Figura 1 – Distribuição das unidades de alimentos in natura adquiridos para o domicílio no Brasil, segundo local de aquisição no ano de 2008.

Comercialização

No país, os alimentos adquiridos para o domicílio são, em grande parte, comprados em supermercados e hipermercados (47%)

Para frutas, legumes e verduras e pescados, a participação das feiras livres é relevante

Distribuição das unidades de alimentos in natura adquiridas para o domicílio, segundo local de aquisição. Brasil, 2008.



Fonte: Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017/18. IBGE



Fonte: Instituto Escolhas, 2018.

Se tratando do comércio atacadista de hortifrutigranjeiros, o processo intervencionista mais relevante ocorre com a criação da Ceasa, em 1980, e que resultou na iniciativa de terminar com o comércio atacadista e varejista que ocorria nas dependências do Mercado Municipal da cidade.

Quanto aos mercados públicos institucionais o setor responsável é a Secretaria Municipal do Trabalho e Desenvolvimento Econômico juntamente com a Coordenadoria Executiva da Agricultura. Com o intuito de promover a segurança alimentar e a elevação da renda dos agricultores familiares foram criadas algumas políticas de compras públicas de produtos da agricultura familiar. A priori os dois principais programas federais instituídos foram o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Com os crescentes cortes de verba federal para o PAA e PNAE, a prefeitura

de Araraquara criou em abril de 2013 o Programa Municipal da Agricultura de Interesse Social (PMAIS) que tem entre outros objetivos de “fomentar a organização e modernização da produção e melhorar o escoamento dos produtos da agricultura familiar e do empreendimento familiar rural” (ARARAQUARA, 2013). Entretanto, por diversos motivos, o PMAIS só foi incluído na lei orçamentária em setembro de 2018, foram direcionados R\$ 94.500,00 (noventa e quatro mil e quinhentos reais) para a execução do programa a partir de 2019.

Diferentemente das cotas estabelecidas nos programas federais e estaduais em que 30% das compras institucionais devem ser oriundas da agricultura familiar, no caso do PMAIS esta exigência é de 20%, sendo realizada, a exemplo de outros programas, por meio de chamadas públicas com um limite de participação por produtor de até R\$10.000,00 (dez mil reais) por mês, sendo que no caso de cooperativas este valor é multiplicado pelo número de membros participantes (ARARAQUARA, 2013). Considerando-se a forte presença de assentamentos rurais e agricultores familiares no município e poucos canais de comercialização estabelecidos, o programa visa também a ampliação dos canais de compra (AMARAL, 2019).

METODOLOGIA

Para a elaboração deste trabalho realizamos o levantamento bibliográfico e documental (documentos oficiais e registro em jornais locais) referentes a temas pertinentes como agricultura familiar, comercialização e políticas públicas. Partindo das premissas da pesquisa exploratória realizamos um levantamento bibliográfico acerca de sistemas alimentares alternativos; caracterização dos canais curtos de comercialização e, por último, mercados institucionais.

As informações a respeito da dinâmica dos eixos investigados foram coletadas durante a realização da pesquisa sobre canais curtos de comercialização já mencionados, na qual foi empregada a técnica de coleta de entrevista com o atual fiscal de feira vinculado à Prefeitura Municipal de Araraquara e outros atores importantes para entender a trama de tensões que envolvem estes canais (comerciantes atacadistas, varejistas, assentados, ambulantes etc). Dados secundários foram coletados a partir de informações contidas no site da Prefeitura Municipal e da página oficial do CEAGESP⁹.

Destarte, partindo de uma abordagem qualitativa, iniciamos a construção de todo o arcabouço metodológico necessário para a realização de uma pesquisa exploratória e documental. A abordagem qualitativa nas pesquisas científicas pressupõe uma investigação e um nível de realidade que não pode ser mensurável. Existe a necessidade de se compreender uma gama de elementos que partem

⁹ <http://www.ceagesp.gov.br/>

do subjetivo, mas que se materializam nas relações sócioespaciais e produzem fenômenos e processos (MINAYO, 2000).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

EQUIPAMENTOS E INICIATIVAS PÚBLICAS DE ABASTECIMENTO ALIMENTAR EM ARARAQUARA/SP

AS FEIRAS DE PRODUTORES RURAIS

Em Araraquara, as feiras de produtores podem ser subdivididas em 4 categorias e contam com a participação de 70 produtores rurais, em sua maioria assentados, e as primeiras iniciativas para formalizá-las ocorreram a partir de 2001 através do Programa Direto do Campo. Este programa objetivou apoiar o escoamento da produção, a elevação da renda do produtor e ampliar a oferta de produtos agrícolas à população. Esta modalidade é um dos diferentes tipos existentes de feira existentes no município cuja breve caracterização é feita abaixo:

- i. Feira das padarias: constituída por apenas um produtor em padarias parceiras do Programa Negócio do Campo, que não foram contempladas no presente trabalho por não representarem um canal de comercialização relevante na dinâmica do abastecimento alimentar local, tampouco para a renda dos agricultores;
- ii. Feiras tradicionais: são as mais antigas e as mais conhecidas pela população, com maior expressão em número de barracas e quanto ao volume comercializado;
- iii. Feira organizada pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR): as mais recentes do município. Surgiram de parceria celebrada entre a prefeitura e o SENAR, e sua característica principal é a venda de produtos já embalados, tendo sido realizada uma capacitação para a formação de peças e a confecção das barracas;
- iv. Feira de produtos agroecológicos: resultou da iniciativa do Núcleo de Estudos em Agroecologia (NEA) e do Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural (NUPEDOR) da Universidade de Araraquara (UNIARA), com a proposta de organizar e estimular a comercialização de produtos orgânicos na cidade, e a transição agroecológica. Após o dois anos de funcionamento, ela passou a contar com o apoio da prefeitura tendo sido deslocada para a praça localizada no Departamento de Água e Esgoto (DAAE) .

Para inserir-se nas feiras (exceção à feira agroecológica), os produtores precisam realizar um cadastro na Secretaria da Agricultura e participar de uma chamada pública que é realizada conforme a demanda. Como forma de incentivar a participação da família assentada a coordenadoria de agricultura informou que passou a priorizar a participação de filhos e mulheres, dando pontos extras para aqueles que se enquadram neste perfil. Espera-se assim estimular a participação de outros integrantes da família, aliviando o trabalho de quem produz e vende.

Segundo informações obtidas através da pesquisa realizada em parceria com a UnB, existiu uma feira no formato de entrega de produtos em caixas que era realizada no prédio da Cooperativa Mista Agropecuária de Araraquara (COMAPA), em área localizada no centro da cidade. A partir da desativação deste espaço os produtores foram então cadastrados pela prefeitura e procedeu-se a consolidação das feiras-livres em outros espaços da cidade.

Atualmente, dentre as feiras existentes, merece destaque a feira do bairro Vale Verde, um bairro formado por beneficiários do Programa Habitacional Minha Casa, Minha Vida, situado em área periurbana que fica distante dos grandes supermercados e dos varejões. Até 2017 a população tinha acesso a produtos agrícolas por meio de vendedores ambulantes e pequenos estabelecimentos que vendiam hortaliças em sua maioria procedente dos assentamentos.

Em julho de 2018 uma feira do produtor foi inaugurada neste bairro praticando preços baixos para os produtos vendidos. A característica dessa feira, incentivada pela prefeitura, se deve ao perfil de baixa renda dos moradores, em sua maioria beneficiários de programas sociais federais como o bolsa família. Segundo a coordenadora da agricultura, a prática de preços baixos foi acordada com os produtores para atender a demanda deste bairro e viabilizar o equipamento.

A feira enfrentou o vazio alimentar desse bairro, possibilitando, via este equipamento de comercialização, o acesso a produtos agrícolas frescos por uma população em situação de vulnerabilidade social, garantindo desta forma uma alimentação mais saudável. Do ponto de vista dos produtores, esta feira tem sido rentável por não precisarem disputar a clientela com outras feiras.

O aspecto relacionado com a localização das feiras se constitui, de acordo com alguns comerciantes, um fator problemático. Como exemplo pode ser citado a feira localizada na Praça Scalamandré Sobrinho e ocorre em um espaço de difícil acesso e pouco trânsito de pessoas. Ao contrário da feira do Vale Verde, ela se encontra em um bairro de renda mais elevada, possui uma boa área de estacionamento e tem um baixo volume de venda e conta com poucas barracas, sendo a fidelização de uma pequena clientela o único motivo da feira da Scalamandré de ainda resistir.

Ainda que seja pouco rentável aos produtores, estes preferem continuar, pois ainda que pequena, a renda obtida vale a pena.

A tradicional feira de produtores que acontece na Praça Pedro de Toledo, localizada no centro da cidade é a que tem maiores volumes de comercialização e o número de barracas supera as demais feiras. Além da tradição e da localização, essa feira funciona como um centro de aquisição de produtos para os atacadistas que operam em frente ao Mercado Municipal, que ocorre nas primeiras horas da montagem da feira e antecede a chegada dos consumidores. Esta feira é outro ponto dinamizador do comércio atacadista e varejista de Araraquara de FLVs oriundos da agricultura familiar. .

O perfil dos produtores que participam das feiras é heterogêneo, a maioria mora nos assentamentos Bela Vista e Monte Alegre, e têm na feira o seu principal canal de escoamento e comercialização de hortaliças, participando de mais de uma feira. O sucesso nas vendas e na renda familiar varia de acordo com a aptidão para a venda.

Vale destacar que o frescor dos alimentos é um elemento importante na determinação da preferência dos consumidores pela feira de produtores, e os grandes supermercados conseguem competir no preço, mas não garantem o frescor dos alimentos. As hortaliças são o principal atrativo e produto vendido na feira que ocorre na antiga estação ferroviária, e são o principal produto encontrado nas quitandas e varejões, cujo fornecedor é a agricultura familiar e assentada.

No caso das frutas os produtores têm maior dificuldade em comercializá-las em função da estacionalidade da produção. Ademais, isso demandaria maior disponibilidade de força de trabalho e investimento em tecnologias para ampliar o calendário de colheita. Esta sazonalidade dificulta a consolidação de acordos comerciais com o pequeno varejo uma vez que eles não conseguem garantir a oferta de produtos ao longo do ano. Neste caso, os varejistas acabam optando por comprar dos intermediários situados nas CEASAS ou no atacado do Mercado Municipal.

AS FEIRAS LIVRES

Segundo registros históricos, em Araraquara, as feiras livres existem desde 1930, mas foi em 1952 que surgiu a primeira lei que tratou desse tema. Houve outras leis no decorrer dos anos com o objetivo de delimitar os produtos a serem vendidos, o que evidencia o crescimento das feiras em número e importância (VIEIRA, 2017).

Dentre as feiras-livres a realizada na Praça do Carmo é relevante por sua importância histórica no abastecimento da cidade é a mais antiga e em meados dos anos 1980 era a mais frequentada. Ela se constituía como um elemento de sociabilidade porém, atualmente, por conta da instalação de grandes supermercados

na cidade por volta de 1980, é constituída por apenas três barracas (duas realizam a venda de produtos agrícolas e a outra produtos de utilidade doméstica). A população idosa é a clientela mais expressiva desta feira.

Muitos comerciantes que hoje participam das feiras livres relatam que anteriormente foram produtores e comercializavam seus produtos em outras feiras, eles admitem que seja praticamente impossível manter as duas atividades (produção e venda) e optaram por ficar apenas com as vendas. Este entrave entre produzir e vender foi o que mais reverberou nos depoimentos dos produtores entrevistados em todos os canais de comercialização. A falta de mão de obra familiar devido à saída dos jovens e o envelhecimento da população dos assentamentos, faz com que os produtores cada vez mais se concentrem na produção. A diminuição da intermediação entre produtores e clientes faz necessária uma maior profissionalização e organização das atividades realizadas pelos produtores (MACHADO E SILVA, 2003, p. 16).

Enquanto nas feiras de produtores a qualidade do alimento é o que garante a sua dinâmica e persistência frente o avanço das vendas dos supermercados sobre o mercado das feiras-livres tradicionais. Nestas últimas o avanço dos supermercados sobre o público resulta da baixa qualidade do alimento ofertado ele não é melhor que o ofertado pelos supermercados já que são adquiridos de atravessadores, que passa por várias etapas de comercialização .

O COMÉRCIO ATACADISTA (FORMAL E INFORMAL)

Em Araraquara existem dois pontos centrais onde se encontram os atravessadores e os distribuidores responsáveis pelo abastecimento dos hortifrúteis na cidade: a CEASA e a Feira Atacadista informal que ocorre em frente ao Mercado Municipal. Nestes dois locais são realizados o comércio mais expressivo de FLVs. Embora menos expressivo, é importante destacar o comércio de hortifrúteis, já mencionado, que ocorre na feira da Praça Pedro de Toledo entre os feirantes produtores e os atacadistas, esse comércio também é relevante para o abastecimento local. Por sua vez, os feirantes que participam dessa feira compram produtos dos comerciantes para vender em feiras em cidades vizinhas, onde não existe a exigência da venda ficar restrita à produtos produzidos pelo próprio feirante.

A feira atacadista em frente ao Mercado Municipal ocorre às quintas-feiras e sábados das 5h até as 8h, sendo que aos sábados o fluxo é maior. Muitos comerciantes informaram que frequentam este local há mais de 30 anos,

O comércio atacadista tem como característica ser um espaço no qual ocorre um grande volume de vendas (HOFFMANN et. al., 1981). Na feira atacadista existem atores relevantes para o abastecimento alimentar da cidade que vendem também para

outros canais de comercialização, como as quitandas e os varejões. Conforme citado anteriormente, alguns comerciantes são assentados.

O Mercado Municipal está localizado próximo ao terminal central de integração, a 1,2km do centro da cidade, ele foi inaugurado em 1959 e nos anos 1980, com a construção da CEASA pelo governo do Estado, a prefeitura local obrigou os pequenos comerciantes a deslocar o seu comércio para aquele entreposto localizado fora dos limites centrais da cidade. A distância foi um fator que dificultou o acesso, pois naquela época nem todos dispunham de veículo.

Um comerciante instalado no mercado municipal há aproximadamente 35 anos relatou a perda da força de atração dos hortifrúteis em diferentes etapas, sendo a primeira quando começaram a surgir os varejões e, principalmente, em um segundo momento com a instalação da CEASA. “Até então o mercado, era o “auge da alta sociedade na época” pois vendia frutas importadas”, de acordo com o entrevistado. (Comerciante do Mercado Municipal, 2019).

As CEASAS foram criadas a partir de 1970 para organizar a comercialização de produtos agrícolas em função do intenso crescimento dos centros urbanos, impulsionado pelo desenvolvimento industrial.

A estruturação de um arranjo organizacional impositivo, cujo esquema de incentivos estava baseado em vantagens e benefícios economicamente artificiais, como subsídios e vantagens privadas, fez com que as Ceasas brasileiras crescessem sob o duplo estímulo da força coercitiva, associada a leis de proibição de comércio atacadista fora dos espaços delimitados dos entrepostos (a “lei do perímetro”), com vantagens econômicas, e incentivos e privilégios aos comerciantes atacadistas recém instalados. Esta situação (...) foi útil mas ao fim limitador da expansão do modelo Ceasa. Generalizou-se, neste período, uma imagem de (...)agentes privados, como intermediários não funcionais ou como forças de cartel. (REALINO, 2016)

Essa ação coercitiva, levou a um arranjo organizacional equivocado e autoritário, que até nos dias atuais repercute negativamente na estruturação do comércio atacadista e varejista de feiras de Araraquara. Os problemas ocorrem, não somente, mas, principalmente pela “lei do perímetro”. O comércio atacadista que ocorre na frente do mercado municipal do município é muito dinâmico e tido como informal, e reflete o equívoco da Lei à época. Corroborando com a literatura acerca do funcionamento da CEASA, foi identificada, através de pesquisa anterior, a existência de uma oligopolização desse espaço por meio de duas empresas instaladas desde a criação da CEASA no município.

ALTERNATIVAS DE INTERVENÇÃO PÚBLICA NO ABASTECIMENTO ALIMENTAR: OS MERCADOS INSTITUCIONAIS

Com o intuito de promover a segurança alimentar e garantir a melhoria da renda dos agricultores familiares foram criadas algumas políticas públicas relacionadas com as compras institucionais de alimentos oriundos da agricultura familiar. A priori os dois principais programas instituídos foram o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é uma política pública federal de fortalecimento da Agricultura Familiar e um programa de promoção da Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN). Criado pela Lei no. 10.696/2003, o programa articula a produção agrícola do agricultor familiar às políticas de combate à fome proporcionando o desenvolvimento no campo e o enfrentamento da insegurança alimentar no meio rural e urbano. O PAA estimula a produção de alimentos com a garantia de comercialização e geração de renda para os pequenos produtores, de um lado, e melhoria da qualidade da alimentação para as populações vulneráveis do meio urbano (SILVA, 2013).

Ainda sobre a funcionalidade do programa, D'Ávila e Roversi (2010), citando Sabourin (2006), apontam que:

[...] o Programa de Aquisição de Alimentos constitui uma ferramenta estimulante para a produção, assegurando um preço (...) em geral, levemente superior ao do mercado (...). Graças a esse sistema de abastecimento dos órgãos públicos (segurança alimentar, bem como merenda escolar, hospitais, etc.), é possível fazer com que, por meio da redistribuição, camponeses tenham acesso a mercados institucionais protegidos da concorrência do mercado capitalista (SABOURIN, 2006, apud, D'ÁVILA, 2010, p. 260).

Tendo origem nos anos 1940, o PNAE com as adaptações na Lei 8.666 também se constituiu em um programa para promover o desenvolvimento local sustentável, incentivando a aquisição de alimentos da agricultura familiar. Dentro dos objetivos a serem contemplados está a garantia da qualidade nutricional da alimentação de alunos das escolas públicas, garantindo sua segurança alimentar e aquisição de hábitos alimentares saudáveis (OLIVEIRA, 2015).

Esses programas beneficiaram as camadas rurais cuja escala de produção tem dificuldade de alcançar mercados dado os volumes de produção e a dificuldade em beneficiar e agregar valor à produção. Agora com o programa os assentados são estimulados a diversificar sua produção obtendo qualidade e maiores volumes, almejando esses programas governamentais.

Estas políticas permitem valorizar esta relação entre consumo e produção, aproximando produtor e os beneficiários das políticas públicas. Os programas de compras institucionais permitem que as tensões e preconceitos existentes entre assentados de reforma agrária, historicamente estigmatizados, e os moradores dos centros urbanos sejam minimizados e superados, já que se estabelecem relações mais próximas entre produtores e moradores dos centros urbanos.

Em relação às fragilidades existentes na etapa da produção, os autores apresentados abaixo destacam vários problemas desde a etapa da produção, passando pelo contrato com intermediários, até a venda final ao consumidor. Dentre as várias fragilidades, destacam-se três por estarem mais relacionados com os temas abordados no presente artigo. São fragilidades que podem ser solucionadas com o fortalecimento das políticas públicas voltadas à aquisição de alimentos da agricultura familiar:

1. INCERTEZA NO AMBIENTE DE COMERCIALIZAÇÃO DADA A FALTA DE CONTRATOS FORMAIS.

De acordo com Lourenzani et. al. (2002) os produtores não conseguem formalizar um acordo que trate do destino prévio da produção, e os acordos com os intermediários em sua maioria são verbais e as compras não são frequentes. No caso dos programas de compras institucionais, como o PAA e o PNAE, a insegurança nos contratos é eliminada, pois é realizado um contrato formal que garante a comercialização e a remuneração.

2. TOMADA DE DECISÃO SOBRE A PRODUÇÃO.

As decisões sobre o que e como plantar são dificultadas já que os produtores não têm fácil acesso às informações sobre o mercado, principalmente em relação aos preços a serem recebidos e à demanda dos produtos a serem produzidos (LOURENZANI et. al; 2002, p. 9). Tanto o PAA quanto o PNAE oferecem informações a respeito de preços e demanda quando firmam o contrato. Os agricultores sabem de antemão a data de entrega, os produtos que deverão ser entregues e o preço que irão receber.

3. DIFICULDADE EM SE ORGANIZAR EM ASSOCIAÇÃO OU COOPERATIVAS.

Conforme destacado pelos autores supracitados, os produtores não conseguem fortalecer a relação de confiança necessária para a solidificação de uma associação ou cooperativa já que “observa-se uma grande barreira cultural e visão de curto prazo” (LOURENZANI et. al; 2002, p. 9). A necessidade de organização dos produtores é destacada em várias pesquisas acerca das cadeias curtas de comercialização.

Organizar – se em cooperativas ou associações seria a oportunidade para criar mecanismos para alcançar mercados mais acessíveis e benéficos para a agricultura familiar, ou talvez paraocar pontos de venda em feiras. Esta organização conjunta é uma exigência tanto do PAA, PNAE e PMAIS possibilitando novas vivências pelos agricultores.

Dado o contexto de abertura comercial sem as devidas medidas de proteção à economia nacional, a comercialização dos produtos oriundos da agricultura familiar ficou ainda mais fragilizada. O processo de comercialização de alimentos tem incluído mais elos de intermediação tornando necessário repensar a lógica comercial que envolve os agricultores familiares.

A crescente demanda por alimentos mais saudáveis e frescos, e a procura por hábitos saudáveis de vida também é atendida pelas grandes corporações agroindustriais, elas rapidamente se adaptam mantendo o seu controle sobre o mercado. Essa tendência pode ser exemplificada pelo crescimento da venda de hortifrúteis nas grandes redes de supermercado, que em razão das suas vantagens na concorrência (mais capitalizadas e forte estratégia de mercado) acabam por fragilizar as cadeias curtas de comercialização, de extrema relevância no fortalecimento da produção e da economia dos agricultores familiares.

Por mais que a produção agrícola familiar se faça de maneira diversificada e que consiga adentrar mercados de exportação e regionais, há uma tendência para a especialização dos agricultores, o que pode gerar barreiras ao seu desenvolvimento econômico, expondo-os de maneira arriscada ao mercado do agronegócio. Conforme Maluf (2004) é importante fortalecer a construção de novos mercados, aproximando produtores e consumidores, fortalecendo esses vínculos e a defesa de uma agricultura sustentável.

Uma das medidas mais concretas neste sentido é o fortalecimento das políticas públicas de compra institucionais, pois garantem renda para os trabalhadores do campo e alimento para os trabalhadores da cidade. É significativo o sucesso econômico e social que tanto o PAA quanto o PNAE promoveram ao longo de suas execuções, situação que parece se precarizar no presente.

O recuo da ação do governo federal levou ao desenvolvimento de programas estaduais e municipais que se mostram igualmente benéficos para a agricultura familiar e seus beneficiários, é o caso do Programa Paulista de Interesse Social (PPAIS) e mais recente, o Programa Municipal da Agricultura de Interesse Social (PMAIS) em Araraquara/SP.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme apresentado neste artigo os assentamentos têm o potencial de prover o abastecimento de Araraquara com FLV, inclusive podem contribuir com outros produtos relacionados com a cesta básica de alimentos. Para tanto, é necessário que se fortaleçam e construam novos mercados para a agricultura familiar, aproximando produtores e consumidores fortalecendo os vínculos entre o rural e o urbano local. Nessa direção a política pública local tem muito a contribuir.

É válido apontar que embora já existam canais curtos de comercialização, eles ainda são insuficientes, devem ser aprimorados e podem incorporar mais agricultores familiares. Ainda que exista um número considerável de feiras, vendas informais, comércio atacadista e mercados institucionais, esses canais ainda contam com uma baixa presença dos produtores familiares. O desafio, além dos novos mercados, também é a adesão e incorporação desses agricultores.

Como foi visto no presente artigo os assentamentos; o comércio atacadista; as feiras-livres e de produtores; e as políticas públicas: produção, atacadista, comercialização/feiras, compras institucionais, jogam importante papel para o fortalecimento das cadeias curtas relacionadas com o abastecimento alimentar local, como é destacado a seguir:

I) ASSENTAMENTOS

Os assentamentos jogam cada vez mais um papel crescente em revigorar as cadeias curtas de abastecimento local de FLVs, especialmente as folhosas e algumas frutas. Ou seja, o surgimento dos assentamentos em Araraquara possibilitou a retomada da produção e “venda de alimentos in natura com qualidade” nos equipamentos públicos.

Ademais, os assentados participam do mercado atacadista e de diferentes modalidades de comércio varejista com leve regulação pública (feira-livre, feira do produtor, feira do Senar, venda em portas de padarias), além de varejões e quitandas.

Ainda são poucas as famílias que participam, 70 famílias ante um universo de 410 lotes de assentados, e isso revela o potencial que a produção pode alcançar para a revitalização do comércio atacadista e varejista local. A gama de produtos é variável e poderá incluir produtos como: laticínios, defumados, cereais (feijão, fubá, farinha de mandioca), ovos, aves refrigeradas, peixes, frutas de época etc.

Existem temas relacionados com a produção e comercialização, que necessitam do apoio de parceiros e política pública, por exemplo, é o caso da adoção de tecnologias sustentáveis que resolvam o problema da falta de mão de obra, o avanço do associativismo na comercialização dos produtos, contribuindo para superar o dilema de decidir entre ser produtor ou vendedor.

II) COMÉRCIO ATACADISTA

A chegada da CEASA em Araraquara, como mostrado neste trabalho, desorganizou o comércio atacadista tradicional, impôs um processo de oligopolização baseado em cadeias longas de transferência de FLVs, levando à piora da qualidade dos produtos ofertados na feiras-livres e, juntamente com o advento dos supermercados, promoveu a decadência das feiras sem a devida reação do poder público local.

Essa situação teve sua reação da parte dos antigos comerciantes atacadistas já estabelecidos no comércio local. Eles criaram mais de uma estrutura informal atacadista: a localizada em frente ao Mercado Municipal e, mais recentemente, a que ocorre antes do início da feira localizada na Praça Pedro de Toledo.

Essa estrutura atacadista informal possibilitou ao comércio varejista do município manter a oferta de FLVs de qualidade e recém colhidos, abastecendo varejões, quintandas, pequenos supermercados, restaurantes etc. Entretanto, essa estrutura carece de um olhar da parte do poder público local que valorize o papel desempenhado no abastecimento local.

III) FEIRAS-LIVRES E DE PRODUTORES

O processo de declínio das feiras livres do município retratado neste artigo não se restringiu apenas ao problema da queda da qualidade dos FLV ofertados. Também foram retirados da feira segmentos fundamentais para a reprodução desses equipamentos: peixes e aves resfriadas, cereais, laticínios, ovos, entre outros. Essa ação em muito resultou da postura da vigilância sanitária local.

A redução dos itens ofertados juntamente com a falta de modernização das operações financeiras, dos horários de funcionamento pouco flexíveis em relação aos supermercados, favoreceu a opção pelos supermercados como local de abastecimento. Se a qualidade é baixa, faltam produtos e o preço é igual ou superior ao dos supermercados, o consumidor por praticidade mudou o seu hábito de compras, ele abandonou as feiras em prol dos supermercados.

Vale destacar que a participação dos produtores familiares, assentados ou não, nas feiras melhorou a qualidade do produto ofertado e revitalizou várias delas. Vale mencionar que o poder público e seus parceiros têm criado feiras, atendendo diferentes demandas sem a devida análise do impacto que trará, sem saber se no local há demanda, fluxo e capacidade para receber esse tipo de equipamento. Assim, esta iniciativa às vezes dá resultado e outras, não.

IV) POLÍTICAS PÚBLICAS: PRODUÇÃO, ATACADISTA, COMERCIALIZAÇÃO/FEIRAS, COMPRAS INSTITUCIONAIS

Nesse momento de avanço de políticas excessivamente liberais, com o abandono das ações de maior igualdade social e econômica, o poder local, em parceria com as organizações dos assentados e agricultores familiares, pode arcar com determinadas iniciativas que antes eram desempenhadas pelos governos federal e estadual, a política de apoio à produção e compra institucional, juntamente com as que são da sua alçada, são dois bons exemplos.

Apoio à produção: é necessário apoiar e fortalecer a produção de frutas, cereias e proteínas produzidas localmente. Isso pode ser feito através da assistência técnica e da capacitação para a agroindustrialização, transformando a vigilância não em barreira de acesso aos mercados mas num serviço de assessoria ao produtor.

Favorecer a produção de frutas através da comercialização de produtos de época em barracas localizadas nas feiras para esse fim, ou via compra institucional, organizando a aquisição seguindo um calendário de colheitas.

Também, aproveitar a estrutura das escolas dos assentamentos, ou bairros rurais, para criar um programa de inclusão digital (EJA-Digital) que permita aos agricultores aprender e pesquisar na internet informações sobre produção, mercado, comercialização.

Mercado atacadista: o poder público pode ter um olhar atento para o potencial do comércio atacadista existente, entender o seu papel no abastecimento local, na melhoria da qualidade local da alimentação e que o faça praticando melhores preços. É possível aproveitar práticas desenvolvidas em outros mercados atacadistas para promover a melhoria e o aumento da produção local de alimentos, sem que isso incida na elevação de preços.

Feiras livres e de produtores: a prefeitura poderia lançar mão de um programa de revitalização de feiras livres já que esses espaços estão na memória da sociedade araraquarense, com mudança de horário, feiras noturnas com atrações culturais (música, exposições e gastronomia), e incluir novos ramos como: peixes frescos, ovos, laticínios, frango resfriado, ervas medicinais etc.

A revalorização passa por incorporar a presença de assentados ou de suas associações comercializando a produção, pois essa são algumas das vantagens comparativas das feiras: a qualidade dos alimentos - mais frescos, além de promover a sociabilidade.

O associativismo também pode ser trabalhado concessionando barracas de feira para associações de produtores assentados ou familiares, oferecendo assessoria em gestão e comercialização.

As feiras necessitam de um estudo que analise a localização e a distância entre feiras, comparando o potencial de demanda da área localizada no seu entorno, e

estudo do hábito de compra da clientela.

Compras institucionais: o PMAIS existente no município é relevante e deve ser reforçado, pois garante renda para os trabalhadores do campo, segurança alimentar e a aproximação dos cidadãos urbanos de práticas alimentares saudáveis.

Por fim, destaca-se a importância da participação da sociedade local a respeito da importância da produção local participar do abastecimento e da segurança alimentar. Inclusive porque as políticas públicas podem melhorar a condição de acesso à comida por parte da população que se encontra com sua renda contraída o que tem levado ao aumento da fome no país. Dilemas a ser enfrentados pelas gestões para promover o abastecimento alimentar municipal que absorva as frentes de produção e comercialização da agricultura familiar

REFERÊNCIAS

AMARAL, D. T.; FERRANTE, V. L. S. B; GOMES, T. P. Abastecimento alimentar no município de Araraquara e assentamentos rurais: Formas de produção convencional, diferenciada e estratégias de comercialização. In: **VIII Simpósio sobre Reforma Agrária e Questões Rurais**. 2018, Araraquara. Anais. Araraquara. Uniara. 2018.

AMARAL, D. T. **Circuitos curtos de comercialização em assentamentos de Araraquara: entre os “mundos” do sistema agrolimentar**. Araraquara: Uniara 2019. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente). Universidade de Araraquara. Uniara. Araraquara, 2019.

ARARAQUARA. **Lei nº 7920**, de 11 de abril de 2013. Disponível em: <http://www.camara-arq.sp.gov.br/Siave/Documentos/Documento/120403>. Acessado em fevereiro de 2019.

BATALHA, M. O.; SILVA, A. L. Gerenciamento de sistemas agroindustriais: definições, especificidades e correntes metodológicas. In: BATALHA, M. O. (Org.). **Gestão agroindustrial**. São Paulo: Atlas, 2007.

BELIK, W. **Auto-regulamentação e políticas públicas para o setor agroalimentar no Brasil**. Campinas: UNICAMP.IE, 1995. 35p. (Texto para Discussão. IE/ UNICAMP, n.47).

BELIK, W. Mecanismos de coordenação na distribuição de alimentos no Brasil. In: BELIK, W. e MALUF R. (orgs.) **Abastecimento e segurança alimentar**. Os limites

da liberalização. Campinas, SP: IE/ UNICAMP; RJ: CPDA. Pp: 131-160. 2000.

BELIK, W. e MALUF, R. (orgs.) **Abastecimento e segurança alimentar. Os limites da liberalização.** Campinas: IE/ UNICAMP; RJ: CPDA. 2000.

CARLINI, E. R. **Da resistência às conquistas: mulheres assentadas e a busca por autonomia-** Araraquara. Universidade de Araraquara, 2020. 108f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente- Universidade de Araraquara-UNIARA. 2020.

CARVALHO, D. M; COSTA, J. E.. Cadeia produtiva e comercialização agrícola no Brasil. **Revista GeoNordeste**, n. 2, 2013. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/geonordeste/article/view/1509>. Acessado em Abril de 2020.

CASSOL, A; SCHNEIDER, S. Produção e consumo de alimentos: novas redes e atores. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 95, p. 143-180, 2015.

CAVALCANTI, H. **Trabalhadores querem reverter cortes de até 99% nas políticas de agricultura familiar.** 2017. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/politica/2017/09/agricultores-familiares-discutem-cortes-no-ogu-2018-para-o-setor-que-chegam-a-cerca-de-80>>

D'ÁVILA, C. R. ROVERSI, M. M. S. Programa de Aquisição de Alimentos. In: CONTI, Irio Luiz. ROMERO, Cláudia. [et.al]. **Programa de Aquisição de Alimentos: Uma Inovação em Políticas Públicas de Segurança Alimentar e Nutricional.** Passo Fundo-RS, IFIBE, 2010.

DELGADO, G. C. Cesta básica: O que há de novo na regulação dos mercados agrícolas. In: BELIK, W. e MALUF R. (orgs.) **Abastecimento e segurança alimentar. Os limites da liberalização.** Campinas, SP: IE/ UNICAMP; RJ: CPDA. Pp: 65 - 75 . 2000

DUVAL, H.C. **Bens Materiais e Simbólicos: condição camponesa e estratégias familiares em assentamentos rurais na região central do Estado de São Paulo.** Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2015

FERRANTE, V. L. S. B. et al. Um retrato das regiões da pesquisa. **Retratos de**

Assentamentos, v. 15, n. 1, p. 45-87, 2012.

FERRARI, D. **Cadeias agroalimentares curtas: a construção social de mercados de qualidade pelos agricultores familiares em Santa Catarina.** Tese de doutorado em Desenvolvimento Rural. Porto Alegre: UFRGS. 345f. 2011

FERRARI, D.; SCHNEIDER, S. Cadeias Curtas, Cooperação e Produtos de Qualidade na Agricultura Familiar : o processo de realocização da produção agroalimentar em Santa Catarina. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 17, p. 56-71, 2015.

FRIEDMANN, H. Uma economia mundial de alimentos sustentáveis. In: BELIK, W. e MALUF R. (orgs.) **Abastecimento e segurança alimentar. Os limites da liberalização.** Campinas, SP: IE/ UNICAMP; RJ: CPDA. 2000. p.1 – 21.

GOMES JUNIOR, N.N. **Segurança Alimentar e Nutricional e Necessidades Humanas.** São Paulo. Fundação Perseu Abramo. 2015.

GRUPO DE POLÍTICAS PÚBLICAS. Análise territorial, desenvolvimento e avaliação de políticas públicas para a agricultura familiar: Painel AF. 2018. P. 1-14.

GUANZIROLI, C. E. (COORD.) **Principais fatores que afetam o desenvolvimento dos assentamentos de reforma agrária no Brasil.** Brasília: Convênio INCRA/FAO. 1998. Base de dados. Disponível na Internet < <http://www.incra.gov.br/fao> >. Acessado em 04 de janeiro de 2019.

IBGE. Censo Agropecuário 2017. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>>. Acessado em janeiro de 2019.

LOURENZANI, A. E. B. S. et.al.. Barreiras e oportunidades na comercialização de produtos hortícolas provenientes da agricultura familiar: um estudo de caso em assentamento no município de Araraquara – SP. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 40., 2002. **Anais...** Passo Fundo: UPE, 2002. 1 CD-ROM.

MACHADO, E. L. **O Papel da Reputação na Coordenação Vertical da Cadeia**

Produtiva de Frutas, Legumes e Verduras Frescos. (Tese de Doutorado) São Paulo: USP. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, 2002. 180p.

MACHADO, M. D.; SILVA, A. L. Canais de distribuição para produtos provenientes da agricultura familiar: um estudo multicaso na região de São Carlos e Araraquara. In: **XLI Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural**, 2003, Juiz de Fora. Anais... Juiz de Fora/MG. 2003.

MALUF, R. O novo contexto internacional do abastecimento e da segurança alimentar. In: BELIK, W. e MALUF R. (orgs.) **Abastecimento e segurança alimentar. Os limites da liberalização.** Campinas, SP: IE/ UNICAMP; RJ: CPDA. 2000. p.1 – 21.

MALUF, R. **Mercados agroalimentares e a agricultura familiar no Brasil:** agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais. Ensaio FEE, P. Alegre, v. 25, n. 1, p. 299- 322, 2004.

MINAYO, M. C. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. **de Souza-Minayo MC, compilador.** Pesquisa social: teoria, método e criatividade, v. 23, p. 9-29. 2000.

OLIVEIRA, L.G. **Avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) na agricultura familiar:** estudo de caso na microrregião de Ubá- MG. São Carlos: UFScar, 2015. 149 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós Graduação em Engenharia de Produção, São Carlos, 2015

PLOEG, J. D. Mercados aninhados recém criados: uma introdução teórica. In: **Construção de mercados e agricultura familiar: desafios para o desenvolvimento rural.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016.

REALINO, M. A.A. **CEAGESP e a segurança alimentar e nutricional.** Dissertação (Mestrado em Gestão de Organizações e Sistemas Públicos) - Universidade Federal de São Carlos. 136p. 2016

RETIÈRE, M. I. H.. **Agricultores inseridos em circuitos curtos de comercialização:** modalidades de venda e adaptações dos sistemas agrícolas. 2014. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. 2014

SANTOS, M. GLASSA, V. (Orgs) Fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos. Rio de Janeiro. **Atlas do Agronegócio** Fundação Heinrich Böll, 2018.

SILVA, M. E. S. **A Representação da Social e a Territorialidade da Reforma Agrária no Espaço Urbano a Partir do Programa de Aquisição de Alimentos.** Dissertação de Mestrado. Instituto de Geociências e Ciências Exatas. Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2013.

VIEIRA, C. B. **O fazer a feira: a feira noturna da agricultura familiar de Araraquara-SP como espaço de reprodução social e econômica.** Araraquara: Unesp, 2017. 128f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Faculdade de Ciências e Letras (Campus Araraquara) Araraquara, 2017.